

A LÍNGUA PORTUGUESA E A EDUCAÇÃO EM TIMOR-LESTE

Após 450 anos de colonização portuguesa, em 28 de novembro de 1975, a FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente) declarou, unilateralmente, a independência da República Democrática de Timor-Leste. Dois dias depois, os outros partidos timorenses, UDT (União Democrática de Timor-Leste) e APODETI (Associação Popular Democrática de Timor), influenciados pelos governos da Indonésia e dos Estados Unidos, assinaram a “Declaração de Balibó”, na qual reivindicavam a integração de Timor-Leste à Indonésia. Aproveitando-se da instabilidade gerada por essa ação, em 7 de dezembro de 1975, a Indonésia invadiu o país e ali permaneceu durante 24 anos exercendo um governo ditatorial.

Ao longo desse período, a resistência timorense contra o invasor foi mantida por meio de três frentes: uma armada, que constituiu a guerrilha liderada pelas Forças Armadas de Libertação Nacional (FALINTIL); uma clandestina, formada por civis que apoiavam a guerrilha; e uma diplomática, composta por timorenses exilados no exterior. Nesse contexto, a Igreja católica, inserida na cultura timorense nos tempos da colonização portuguesa, desempenhou um importante papel: o clero estabelecia um canal de comunicação com o exterior e as cantilenas em língua portuguesa favoreciam a troca de informações entre os membros da resistência, já que essa era uma língua desconhecida pelos indonésios.

No que concerne à educação, durante os anos de dominação indonésia, com o intuito de estabelecer uma identidade entre o país dominado e o dominador, foi estabelecido um sistema educacional que propagava a ideologia e a língua indonésias ao mesmo tempo em que suprimia a cultura timorense. Nesse período, a população de Timor foi proibida de utilizar a língua portuguesa, motivo pelo qual essa língua foi tão útil para a resistência, tanto no âmbito da Igreja quanto no das montanhas, onde a guerrilha armada se refugiava.

Ao final da década de 1980 e durante os anos 90, a situação de Timor-Leste passou a chamar a atenção da comunidade internacional, ao mesmo tempo em que uma série de acontecimentos mudava o contexto geopolítico na região. Em consequência desses fatos, em 1999, a Organização das Nações Unidas (ONU) organizou um referendo cujo resultado conduziu o país à restauração da sua independência em 19

de outubro do mesmo ano.

O processo de desocupação de Timor pela Indonésia foi catastrófico: milhares de pessoas foram mortas e o país foi devastado. Toda a sua infraestrutura foi destruída, incluindo-se escolas e hospitais. Além da degradação das estruturas físicas, houve uma perda no quadro docente, pois, a maior parte dos professores era composta por profissionais indonésios, que abandonaram o país.

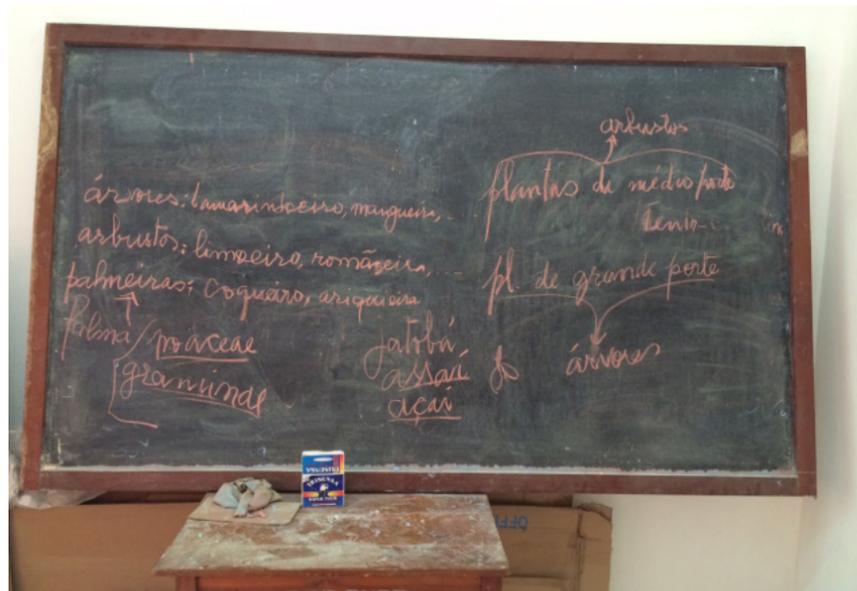
A ONU manteve, durante dois anos, uma administração provisória que durou até maio de 2002. Nesse mesmo ano é promulgada a Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL), que em seu artigo 13º estabelece como idiomas oficiais da nova nação a língua portuguesa e a língua tétum.

Foi necessário, para a fase de reconstrução nacional, reestabelecer a infraestrutura do país e reagrupar todos os professores timorenses qualificados que existiam. Como esses eram em número insuficiente para implementar um sistema educativo, foi preciso recrutar novos profissionais e promover a qualificação ou atualização de todos os docentes. A partir de então, também foram realizados investimentos para a reintrodução da língua portuguesa, uma vez que as últimas gerações de timorenses haviam sido educadas em bahasa indonésia.

Em 2008 é estabelecida a Lei de Bases da Educação (LBE), que define como línguas do sistema educativo o tétum e a língua portuguesa e como objetivo do ensino básico garantir o domínio de ambos os idiomas. Essa lei ainda determina que “o ensino-aprendizagem das línguas oficiais deve ser estruturado, de forma que todas as outras componentes curriculares do ensino básico e do ensino secundário contribuam, sistematicamente, para o desenvolvimento das capacidades ao nível da compreensão e produção de enunciados, orais e escritos, em português e em tétum” (LBE, Artigo 35º, inciso 8).

Dois anos depois, é decretado o Estatuto dos Educadores de Infância e dos Professores do Ensino Básico e Secundário (Estatuto da Carreira Docente). Esse documento fixa o quadro de competências obrigatórias do pessoal docente e “estabelece o conjunto de capacidades que cada professor deve possuir e desenvolver para ingressar, progredir e aceder na carreira docente” (Artigo 12º, inciso 1). O Quadro de Competências Obrigatórias do Pessoal Docente é definido em torno de quatro eixos: domínio das línguas oficiais, conhecimento técnico-científico na respectiva área e grau de ensino, técnicas pedagógicas e ética profissional (Artigo 12º, inciso 1).

No que diz respeito ao



domínio das línguas oficiais pelos professores, o referido documento estabelece que a promoção e avaliação das competências docentes se darão a partir dos seguintes critérios:

a) Adquirir proficiência nas línguas tétum e portuguesa nos domínios da fala, escrita, compreensão e leitura, durante a formação inicial;

b) Adquirir níveis mais exigentes de proficiência nas línguas tétum e portuguesa como pressuposto de progressão e acesso na Carreira Docente;

c) Deter o domínio proficiente da língua portuguesa enquanto língua principal de instrução e de aquisição da ciência e do conhecimento, designadamente através do uso de linguagem técnica e de diferentes recursos estilísticos, para melhor compreensão dos alunos (Estatuto da Carreira Docente, Artigo 14º).

Todos os documentos citados acima orientam a política linguística do país. Entretanto, Timor-Leste é um país multilíngue. Paralelamente aos idiomas oficiais ainda há o inglês e o bahasa indonésia, amplamente utilizados nas ruas, no comércio, nos organismos internacionais, nas organizações não governamentais (ONGs), e até mesmo nas universidades. Além dessas, o país conta também com 16 línguas nativas utilizadas nos seus 13 distritos.

Nesse contexto, a formação de professores torna-se um grande desafio, pois embora sejam capazes de se comunicar na língua portuguesa, nem sempre os docentes se sentem seguros o bastante para ensiná-la. É nesse ponto que se faz tão importante a presença das cooperações internacionais de países lusófonos na formação de docentes em Timor-Leste.

Assim, a participação de docentes de outros países da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa) na formação inicial e continuada de professores tem contribuído tanto para a integralização dos seus conhecimentos nas diversas disciplinas do currículo, como para o fortalecimento da língua portuguesa a nível nacional e para a construção da identidade profissional dos docentes timorenses.

* Reedição de texto publicado na edição 109.

Prof.^a Raquel Scartezini
Articuladora Geral PQLP/CAPES
Me. Educação, Dr.^a Psicologia
E-mail: raquelscartezini@gmail.com

